



# Audiência Pública

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

# 2018

1º QUADRIMESTRE

**GOVERNADOR  
RUI COSTA**

**SECRETÁRIO DA FAZENDA  
MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO**

**SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA  
JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO**

**CHEFE DE GABINETE  
ADRIANO TADEU OLIVEIRA GUEDES CHAGAS**

**SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA**

**COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E  
CONTROLE FINANCEIRO  
ROBERVAL LOPES LIMA**

**DIRETOR DO TESOURO  
ARLINDO LUIZ DE SANTANA JÚNIOR**

**DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA  
MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO**

## Sumário

1. Introdução.....	04
2. Receita.....	04
3. Despesa.....	09
4. Resultado Orçamentário.....	10
5. Limite de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.....	11
6. Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....	12
7. Despesa com Ações e Serviços de Saúde.....	13
8. Restos a Pagar .....	13
9. Resultado Primário.....	14
10. Resultado Nominal.....	14
11. Dívida Pública.....	15
12. Conclusão.....	16
13. Glossário.....	17

## 1. Introdução

Este relatório objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Estado da Bahia no 1º quadrimestre 2018, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia. Os números aqui apresentados em valores nominais, de forma resumida, são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais, publicados no SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro ([www.siconfi.gov.br](http://www.siconfi.gov.br)) e no site da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia ([www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br)), no dia 30 de maio de 2018, em cumprimento ao disposto no artigo 9º, §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº. 101/2000).

## 2. Receitas

Balço Orçamentário da Receita						Em Mil Reais
Detalhamento	Previsão Atualizada 2018	Realização - Janeiro a Abril				
		2018	Previsão Atualizada (%) Realizado	2017	Varição Nominal (%) 2018/2017	
<b>Receitas Correntes</b>	<b>39.450.859</b>	<b>12.853.786</b>	<b>32,58</b>	<b>12.277.836</b>	<b>4,69</b>	
Receita Tributária	23.239.905	7.563.249	32,54	6.999.387	8,06	
Receita de Contribuições	2.528.969	857.282	33,90	824.743	3,95	
Receita Patrimonial	530.328	105.427	19,88	244.424	-56,87	
Receita Agropecuária	686	32	4,65	4	645,74	
Receita Industrial	252	147	58	100	47,34	
Receita de Serviços	197.144	32.239	16,35	38.860	-17,04	
Transferências Correntes	11.938.832	4.113.467	34,45	4.012.539	2,52	
Outras Receitas Correntes	1.014.742	181.942	17,93	157.778	15,32	
<b>Receitas de Capital</b>	<b>2.822.201</b>	<b>414.819</b>	<b>14,70</b>	<b>638.317</b>	<b>-35,01</b>	
Operações de Crédito	1.437.395	163.377	11,37	231.570	-29,45	
Alienação de Bens	12.633	4.575	36,22	4.798	-4,63	
Amortização de Empréstimos	117.581	2.193	1,86	25.142	-91,28	
Transferências de Capital	1.254.592	244.674	19,50	376.807	-35,07	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	
<b>Receitas Intra-Orçamentárias</b>	<b>2.922.094</b>	<b>949.769</b>	<b>32,50</b>	<b>1.567.700</b>	<b>-39,42</b>	
<b>Total das Receitas (I)</b>	<b>45.195.154</b>	<b>14.218.373</b>	<b>31,46</b>	<b>14.483.853</b>	<b>-1,83</b>	
Superávit Financ.Exerc. Anteriores (II)	2.164.875	-	-	-	-	
<b>Receitas (III = I+II)</b>	<b>47.360.029</b>	-	-	-	-	

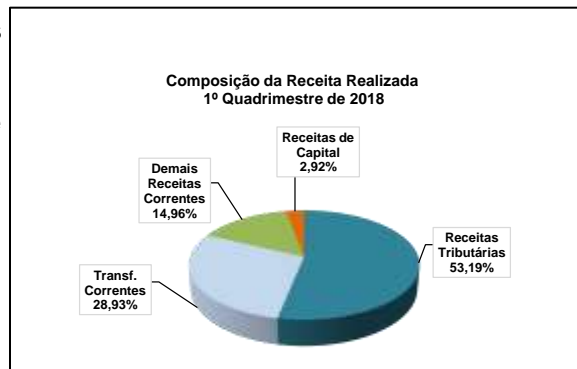
Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1, LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

Nota: Nas contas de receitas já estão abatidas as contas de deduções de receitas.

As Receitas estaduais realizadas, nelas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 14,22 bilhões, apresentando uma variação negativa de 1,83% em relação ao

realizado em igual período de 2017. Da previsão anual atualizada das Receitas do Estado, verificou-se uma realização de 31,46%.

Das receitas realizadas, destacaram-se as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, com participações de 53,19% e 28,93%, respectivamente, do total arrecadado no período.



## 2.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes são realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes. Nesta categoria encontram-se as receitas mais expressivas no âmbito estadual, tais como as oriundas dos tributos de competência do Estado e também as transferências da União (constitucionais, legais e outras).

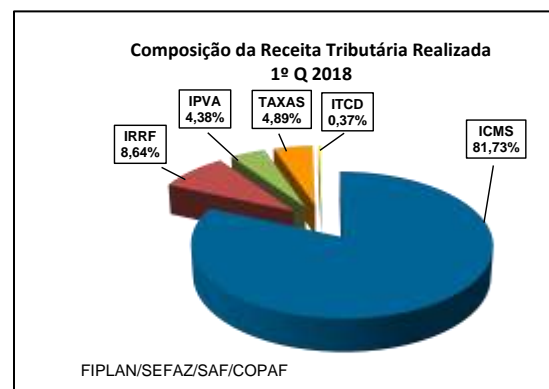
As receitas correntes somaram R\$ 12,85 bilhões, respondendo por 90,40% das receitas totais realizadas. Foram realizados 32,58% das receitas correntes anuais previstas e atualizadas, com uma variação positiva de 4,69% em relação a 2017.

### 2.1.1 - Receitas Tributárias

Detalhamento	Receita Tributária					Em Mil Reais
	Previsão Atualizada 2018	Realizado - Janeiro a Abril				
		2018	Previsão Atualizada (%) Realizado	2017	Variação Nominal (%) 2018/2017	
ICMS	18.734.305	6.181.215	32,99	5.773.047	7,07	
IRRF	1.992.474	653.394	32,79	545.804	19,71	
IPVA	1.115.083	331.501	29,73	298.853	10,92	
ITCD	88.800	27.623	31,11	27.138	1,78	
Taxas	1.309.243	369.517	28,22	354.546	4,22	
<b>Total das Receitas Tributárias</b>	<b>23.239.905</b>	<b>7.563.249</b>	<b>32,54</b>	<b>6.999.387</b>	<b>8,06</b>	

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

O montante das receitas tributárias, no valor de R\$ 7,56 bilhões, apresentou um incremento de 8,06%. Do valor previsto atualizado para o ano de 2018, verificou-se uma realização de 32,54%.



A maior fonte de receita do Estado, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS teve uma participação de 81,73% no total de Receitas Tributárias realizadas. As demais receitas tributárias, a saber, IPVA, IRRF, Taxas e ITCD somaram 19,27%.

ICMS - O principal tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, realizou o total de R\$ 6,18 bilhões, contra R\$ 5,77 bilhões realizados no mesmo período de 2017, significando assim, um incremento de 7,07%. Foram realizados 32,99% da previsão anual atualizada.

IPVA - Os recursos oriundos do IPVA totalizaram R\$ 331,50 milhões, com um acréscimo de 10,92% se comparado ao realizado no mesmo quadrimestre do ano anterior. Foram realizados 29,73% do previsto atualizado para 2018.

TAXAS – As Taxas arrecadadas somaram o valor aproximado de R\$ 369,52 milhões, com um acréscimo de 4,22%, comparando-se com o mesmo período de 2017. Quanto ao valor orçado foram realizados 28,22% do total atualizado.

ITCD - A realização somou R\$ 27,62 milhões, apresentando um aumento de 1,78% em relação ao 1º quadrimestre de 2017. Do total orçado atualizado, foram realizados 31,11%.

IRRF – O valor contabilizado foi de R\$ 653,39 bilhões com uma variação positiva de 19,71% em relação ao mesmo período de 2017, tendo sido realizados 32,79% do valor previsto atualizado para 2018.

### **2.1.2 - Transferências Correntes**

As Transferências Correntes contribuíram com 32,00% das Receitas Correntes realizadas, apresentando um acréscimo de 2,52% em relação ao exercício anterior. Com relação ao previsto atualizado, foram realizadas 34,45% das Transferências Correntes. Merece destaque em termos de participação no total das Transferências Correntes, a realização das Transferências da União – FPE, do retorno FUNDEB e do repasse SUS, as quais participaram, no total, com percentuais de 57,70%, 23,73% e 11,75%, respectivamente.

## Transferências Correntes

Em Mil Reais

Detalhamento	Previsão Atualizada 2018	Realizado - Janeiro a Abril			
		2018	Previsão Atualizada (%) Realizado	2017	Varição Nominal (%) 2018/2017
FPE - Fundo de Participação dos Estados	6.706.400	2.373.372	35,39	2.212.051	7,29
IPI Exportação	191.370	67.691	35,37	62.197	8,83
SUS - Recursos do Sistema Único de Saúde	1.389.097	483.469	34,80	450.610	7,29
Salário Educação	118.000	40.147	34,02	40.180	-0,08
Compensação Financeira - Royalties	99.515	30.993	31,14	29.857	3,81
FNDE - Fundo Nacional de Desenvol. e Educação	88.660	16.836	18,99	36.041	-53,29
LEI KANDIR - Transf. Financ. do ICMS - LC 87/96	43.485	14.198	32,65	14.495	-2,05
CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	121.270	51.862	42,77	54.928	-5,58
Auxílio Exportação - Aux.Financ.Estados Exportadores	103.000	-	0,00	-	0,00
Outras Transferências da União	35.122	2.355	6,71	5.135	-54,13
Transferências do FUNDEB	2.928.436	976.021	33,33	1.028.373	-5,09
Transferências de Convênios	114.478	56.522	49,37	78.673	-28,16
<b>Total das Transferências Correntes</b>	<b>11.938.832</b>	<b>4.113.467</b>	<b>34,45</b>	<b>4.012.539</b>	<b>2,52</b>

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

FPE - O repasse dos recursos do FPE atingiu R\$ 2,37 bilhões, com um acréscimo de 7,29%, na comparação com o mesmo período em 2017. Foram realizados 35,39% do valor previsto atualizado para 2018.

FUNDEB - As Transferências do FUNDEB atingiram o montante da ordem de R\$ 976,02 milhões contra R\$ 1,03 bilhão no mesmo período do ano anterior, ou seja, um decréscimo de 5,09%. Houve uma realização de 33,33% do valor previsto atualizado.

SUS - As Transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde - SUS somaram R\$ 483,47 milhões, um aumento de 7,29%, comparado ao realizado no mesmo período em 2017. Houve uma realização de 34,80% em relação ao valor previsto atualizado.

IPI - Os recursos oriundos do IPI Exportação realizados somaram R\$ 67,69 milhões, com uma variação positiva de 8,83% em relação ao mesmo período em 2017. Do valor previsto atualizado foram realizados 35,37%.

ROYALTIES - Os recursos de Royalties apresentaram um aumento de 3,81%, totalizando R\$ 30,99 milhões, enquanto que o Salário Educação registrou um total de R\$ 40,15 milhões, com uma redução de 0,08%, comparados com o mesmo período de 2017.

TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - apresentaram uma variação negativa de 28,16%, tendo sido realizados 49,37% dos recursos previstos no orçamento atualizado para 2018, totalizando R\$ 56,52 milhões.

CIDE – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - Os recursos provenientes desta receita totalizaram R\$ 51,86 milhões, com um queda de 5,58% em relação ao mesmo período de 2017.

FNDE – Os recursos realizados desta rubrica atingiram o montante de R\$ 16,84 milhões, representando uma variação negativa de 53,29%. Foram realizados 18,99% do valor orçado atualizado para o ano de 2018.

LEI KANDIR – Foram executados R\$ 14,20 milhões, com uma diminuição de 2,05%, em relação ao mesmo período de 2017.

OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - Em relação às Outras transferências da União, que somaram R\$ 2,36 milhões, verificou-se um decréscimo de 54,13%, decorrente principalmente da diminuição das Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS de com recebimento de R\$ 2,18 milhões em 2017 e somente R\$ 47 mil em 2018.

## 2.2 - Receitas de Capital

Em Mil Reais					
Detalhamento	Previsão Atualizada 2018	Realizado - Janeiro a Abril			Variação Nominal (%) 2018/2017
		2018	Previsão Atual (%) Realizado	2017	
Operações de Crédito	1.437.395	163.377	11,37	231.570	-29,45
Operações de Crédito Internas	548.932	3.306	0,60	193.973	-98,30
Operações de Crédito Externas	888.463	160.322	18,04	37.597	326,43
Alienação de Bens	12.633	4.575	36,22	4.798	-4,63
Amortização de Empréstimos	117.581	2.193	1,86	25.142	-91,28
Transferências de Capital	1.254.592	244.674	19,50	376.807	-35,07
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>2.822.201</b>	<b>414.819</b>	<b>14,70</b>	<b>638.317</b>	<b>-35,01</b>

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

As Receitas de Capital totalizaram R\$ 414,82 milhões contra R\$ 638,32 milhões realizados no mesmo período em 2017, apresentando um decréscimo de 35,01%. Com relação ao previsto anual atualizado foi realizado 14,70% nessa rubrica.

Observa-se que as Operações de Crédito totalizaram R\$ 163,38 milhões, com um decréscimo de 29,45% em relação ao mesmo período de 2017. Foram realizados 11,37% do previsto atualizado para este item.

A receita de Amortização de Empréstimos totalizou R\$ 4,58 milhões. Em relação ao 1º quadrimestre de 2017, este item apresentou um decréscimo de 91,28%, realizando 1,86% do valor orçado atualizado.

As alienações de bens totalizaram 4,58 milhões, representando uma variação negativa de 4,63% em relação ao mesmo período de 2017, tendo realizado 36,22% do previsto atualizado para 2018.



As Transferências de Capital totalizaram R\$ 244,67 milhões, relativos às Transferências de Convênios, as quais foram realizadas apenas 19,50% do montante previsto atualizado. Verificou-se um decréscimo de 35,07% em relação ao mesmo período de 2017.

### 3. DESPESAS

As despesas executadas totalizaram R\$ 13,64 bilhões, correspondentes a 28,80% do valor previsto atualizado. Registrou-se um decréscimo de 0,12%, comparando-se com o mesmo período de 2017.

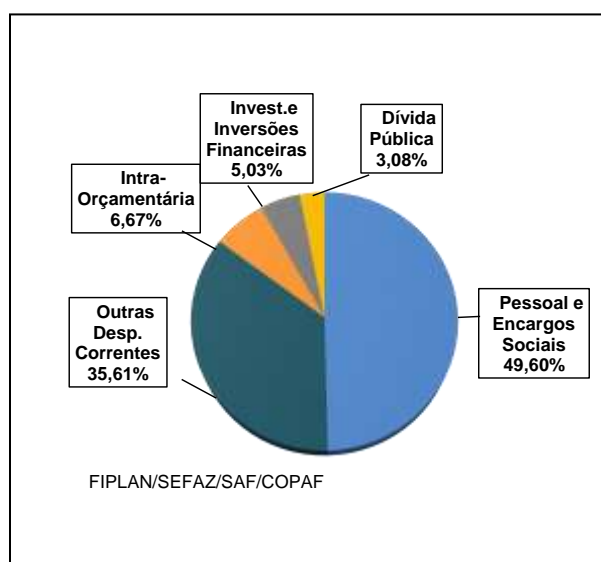
Balço Orçamentário da Despesa						Em Mil Reais
Detalhamento	Previsão Atualizada 2018	Executada - Janeiro a Abril				
		2018	Previsão Atual (%) Realizado	2017	Varição Nominal (%) 2018/2017	
<b>Despesas Correntes</b>	<b>37.752.961</b>	<b>11.800.117</b>	<b>31,26</b>	<b>11.024.293</b>	<b>7,04</b>	
Pessoal e Encargos Sociais	20.185.622	6.766.932	33,52	6.398.179	5,76	
Juros e Encargos da Dívida	634.437	175.911	27,73	124.898	40,84	
Outras Despesas Correntes	16.932.902	4.857.274	28,69	4.501.216	7,91	
<b>Despesas de Capital</b>	<b>6.228.854</b>	<b>931.152</b>	<b>14,95</b>	<b>1.003.930</b>	<b>-7,25</b>	
Investimentos	4.846.918	484.624	10,00	723.077	-32,98	
Inversões Financeiras	655.994	201.802	30,76	40.233	401,58	
Amortização da Dívida	725.942	244.726	33,71	240.619	1,71	
Reserva de Contingência	<b>35.000</b>	-	-	-	-	
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>3.343.214</b>	<b>910.544</b>	<b>27,24</b>	<b>1.629.954</b>	<b>-44,14</b>	
<b>Total das Despesas</b>	<b>47.360.029</b>	<b>13.641.813</b>	<b>28,80</b>	<b>13.658.177</b>	<b>-0,12</b>	

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1 LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

#### 3.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental.

Em 2018, as despesas correntes totalizaram R\$ 11,80 bilhões, representando uma realização de 31,26% do valor previsto atualizado para o ano e uma elevação de 7,04% na comparação com o mesmo período de 2017.



Dentre as despesas Correntes, as mais representativas são as despesas com Pessoal e Encargos, no montante de R\$ 6,77 bilhões, correspondendo a 49,60% do total geral das despesas. Verificou-se uma execução de 33,52% do total fixado e um acréscimo de 5,76%, em relação ao 1º quadrimestre de 2017.

As Outras Despesas Correntes, que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e às Transferências Constitucionais aos Municípios, totalizaram R\$ 4,86 bilhões, correspondentes a 28,69% do fixado atualizado para o ano.

Já os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 175,91 milhões, correspondendo a 27,73% da previsão anual atualizada e um aumento de 40,84% em relação ao mesmo período de 2017.

### **3.2 - Despesas de Capital**

Despesas de capital constituem dispêndios que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial. As Despesas de Capital totalizaram R\$ 931,15 milhões com uma diminuição de 7,25%, se comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Essa categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 484,62 milhões, seguindo-se a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 244,73 milhões, e Inversões Financeiras, com um total de R\$ 201,80 milhões.

## **4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO**

No comparativo entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas no período, o Resultado Orçamentário apresentou Superávit Corrente de R\$ 1,09 bilhão, resultante de uma Receita Corrente total de R\$ 13,80 bilhões, para uma Despesa Corrente total de R\$ 12,71 bilhões.

## Resultado da Execução Orçamentária

Em Mil Reais

Especificação	Janeiro a Abril		
	2018	2017	Variação Nominal (%) 2018/2017
Receitas Correntes	13.803.554	13.845.536	-0,30
( - ) Despesas Correntes	12.710.661	12.654.247	0,45
<b>Superávit Corrente (I)</b>	<b>1.092.894</b>	<b>1.191.288</b>	<b>-8,26</b>
( + ) Receitas de Capital (II)	414.819	638.317	-35,01
( - ) Despesas de Capital (III)	931.152	1.003.930	-7,25
<b>Déficit / Superávit Orçamentário (I + II - III)</b>	<b>576.560</b>	<b>825.676</b>	<b>-30,17</b>

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1, LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

Nota: A apuração do Resultado Orçamentário Corrente inclui as receitas e despesas intra-orçamentárias.

Quando incluídas as receitas e despesas de capital, verificamos superávit primário de R\$ 576,56 milhões.

## 5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, abaixo do limite máximo permitido pela LRF, em cada Poder e também no Ministério Público.

### Despesa de Pessoal para fins de Limite da LRF 1º Quadrimestre de 2018

Detalhamento	Valor	Percentual em Relação a RCL	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
<b>Poder Executivo <sup>1</sup></b>	<b>13.703.394</b>	<b>45,30</b>	<b>43,74</b>	<b>46,17</b>	<b>48,60</b>
<b>Poder Legislativo</b>	<b>859.052</b>	<b>2,84</b>	<b>3,06</b>	<b>3,23</b>	<b>3,40</b>
Assembleia Legislativa	506.185	1,67	1,68	1,78	1,87
Tribunal de Contas do Estado	207.166	0,68	0,81	0,86	0,90
Tribunal de Contas dos Municípios	145.702	0,48	0,57	0,60	0,63
<b>Poder Judiciário</b>	<b>1.644.498</b>	<b>5,44</b>	<b>5,40</b>	<b>5,70</b>	<b>6,00</b>
<b>Ministério Público</b>	<b>440.326</b>	<b>1,46</b>	<b>1,80</b>	<b>1,90</b>	<b>2,00</b>
<b>Total do Estado</b>	<b>16.647.271</b>	<b>55,03</b>	<b>54,00</b>	<b>57,00</b>	<b>60,00</b>

RCL ajustada dos últimos 12 meses = R\$ 30.252.106 mil

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo1, LRF, art. 55, inciso I, alínea "a").

Nota <sup>1</sup> : O percentual realizado inclui o Poder Executivo mais Defensoria Pública. Considerando apenas o Poder Executivo, o percentual foi de 44,81% da RCL Ajustada.

Nota <sup>2</sup> : Na RCL Ajustada são abatidas as Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)

Com referência ao limite de pessoal consolidado, o Estado da Bahia atingiu 55,03% da citada Receita, estando abaixo do limite prudencial.

## 6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Consideram-se despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino. Conforme estabelecido na Constituição Federal, o Estado deve aplicar anualmente, nas despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o percentual de 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais – RLI. Deve-se, portanto, comprovar o cumprimento deste limite no final do exercício.

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino totalizaram R\$ 2,19 bilhões, representando 23,98% da Receita Líquida de Impostos.

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			Em Mil Reais
Descrição	Realizado - 1º Quadrimestre		
	2018	2017	
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais	9.139.653	8.448.954	
Valor aplicado das Despesas Próprias com Educação	2.191.825	2.131.441	
<b>Percentual Aplicado em Educação</b>	<b>23,98%</b>	<b>25,23%</b>	
<b>Limite Constitucional Anual<sup>1</sup>: 25%</b>			

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 8,LDB, art.72)

Nota 1: O cumprimento da aplicação do Limite Mínimo Constitucional de 25% deverá ser comprovado no encerramento do Exercício - CF/88.

O valor destinado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB foi de R\$ 1,70 bilhão, tendo o Estado recebido de retorno o valor de R\$ 976,02 milhões.

Demonstrativo - FUNDEB				Em Mil Reais
Exercício	Aporte	Retorno	Resultado Apurado	
2010	-2.669.753	1.922.450	-747.303	
2011	-3.046.723	2.201.822	-844.901	
2012	-3.273.514	2.534.542	-738.972	
2013	-3.755.493	2.541.022	-1.214.471	
2014	-4.099.515	2.764.185	-1.335.329	
2015	-4.333.579	2.818.380	-1.515.199	
2016	-4.633.958	2.950.652	-1.683.306	
2017	-4.811.624	3.012.364	-1.799.260	
2018 até abril	-1.697.237	976.021	-721.216	

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

## 7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

Receitas e Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos com Saúde			Em Mil Reais
Descrição	Realizado - 1º Quadrimestre		
	2018	2017	
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais	9.139.653	8.448.954	
Valor aplicado das Despesas Próprias em Saúde	1.051.795	960.463	
<b>Percentual Aplicado em Saúde</b>	<b>11,51%</b>	<b>11,37%</b>	

Limite Constitucional Anual!: 12%

Fonte:FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 12, LC 141/2012, art.35).

Nota!: O cumprimento da aplicação do Limite Mínimo Constitucional de 12% deverá ser comprovado no encerramento do Exercício.CF/88.

As despesas com saúde atingiram o montante de R\$ 1,05 bilhão, correspondendo a 11,51% em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais.

## 8. RESTOS A PAGAR

Do total de Restos a Pagar Inscritos ao final do exercício de 2017, foram pagos R\$ 753,61 milhões, representando um percentual de 84,83% dos Inscritos, abatidos os Cancelados, e restando um saldo a pagar de R\$ 134,76 milhões.

Restos a Pagar					Em Mil reais
Descrição	Inscritos (a)	Cancelados (b)	Pagos (c)	Varição (%) (c/(a-b))	A Pagar
Poder Executivo	858.916	18.795	720.438	91,60	119.684
Poder Judiciário	30.727	244	23.107	82,79	7.376
Poder Legislativo	7.487	171	3.457	56,34	3.859
Ministério Público	5.537	132	5.326	99,37	79
Defensoria Pública	5.244	203	1.277	86,85	3.764
<b>Total</b>	<b>907.911</b>	<b>19.544</b>	<b>753.605</b>	<b>84,83</b>	<b>134.763</b>

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO, LRF - Anexo 7, art.53, inciso V).

## 9. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Nessa análise, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais. Não incluem receitas de aplicações financeiras, de juros de empréstimos, de operações de crédito, de amortizações de empréstimos, de alienação de bens e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de título de capital já integralizado.

Resultado Primário		Em Mil Reais	
Detalhamento	Realizado - Janeiro a Abril		
	2018	2017	
Receitas Primárias Correntes (I)	12.786.607	12.091.041	
Receitas Primárias de Capital (II)	244.674	376.807	
<b>Receita Primária Total (III) = (I+II)</b>	<b>13.031.281</b>	<b>12.467.849</b>	
Despesas Primárias Correntes (IV)	11.646.997	10.827.923	
Despesas Primárias de Capital (V)	720.588	785.235	
<b>Despesa Primária Total (VI) = (IV+V)</b>	<b>12.367.585</b>	<b>11.613.159</b>	
<b>Resultado Primário ( III - VI )</b>	<b>663.696</b>	<b>854.690</b>	
<b>Meta do Resultado Primário LDO: R\$ (936.362) mil</b>			

Fonte : FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 6, LRF, art.53, inciso III).

O Resultado Primário foi de R\$ 663,70 milhões, evidenciando que o desempenho das receitas fiscais cobriu totalmente as despesas fiscais, sendo que a meta anual estabelecida na LDO, no valor de R\$ 936,36 milhões (negativo).

## 10. RESULTADO NOMINAL

Em Mil Reais		
Especificação	Saldo	
	30/04/2018 (a)	31/12/2017 (b)
<b>Dívida Consolidada (I)</b>	<b>23.064.484</b>	<b>22.677.726</b>
<b>Deduções (II)</b>	<b>6.073.061</b>	<b>5.433.940</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.314.033	4.923.784
Demais Haveres Financeiros	799.350	767.775
(-) Restos a Pagar Processados	-40.323	-257.619
<b>Dívida Consolidada Líquida (III) = ( I - II )</b>	<b>16.991.424</b>	<b>17.243.786</b>
<b>Resultado Nominal do 1º Quadrimestre de 2018 (a-b)</b>	<b>-252.362</b>	

Meta do Resultado Nominal - LDO para o ano de 2018: R\$ 1.667.208 mil

Fonte :FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 5, LRF, art.53,Inciso III).

O Resultado Nominal mostra a diferença entre os saldos da Dívida Fiscal Líquida, relativa a dois períodos. Para o exercício de 2018, a meta para o Resultado Nominal fixada pela LDO indica um aumento da Dívida Consolidada Líquida em R\$ 1,67 bilhões. Verificou-se uma diminuição no estoque da dívida de R\$ 252,36 milhões.

## 11. DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$ 23,06 bilhões, sendo R\$ 10,41 bilhões originários da dívida interna, R\$ 8,50 bilhões da dívida externa e as outras dívidas totalizando R\$ 4,16 bilhões.

Dívida Consolidada			Em Mil Reais
Discriminação	2018 1º quadrimestre	Saldo do Exercício em 31/12/2017	Varição (%)
Interna	10.405.751	10.465.133	-0,57
Externa	8.501.629	8.069.462	5,36
Outras <sup>1</sup>	4.157.105	4.143.123	0,34
<b>Total</b>	<b>23.064.484</b>	<b>22.677.718</b>	<b>1,71</b>

Fonte :FIPLAN/ SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 2, LRF, art. 55, inciso I, alinea b).

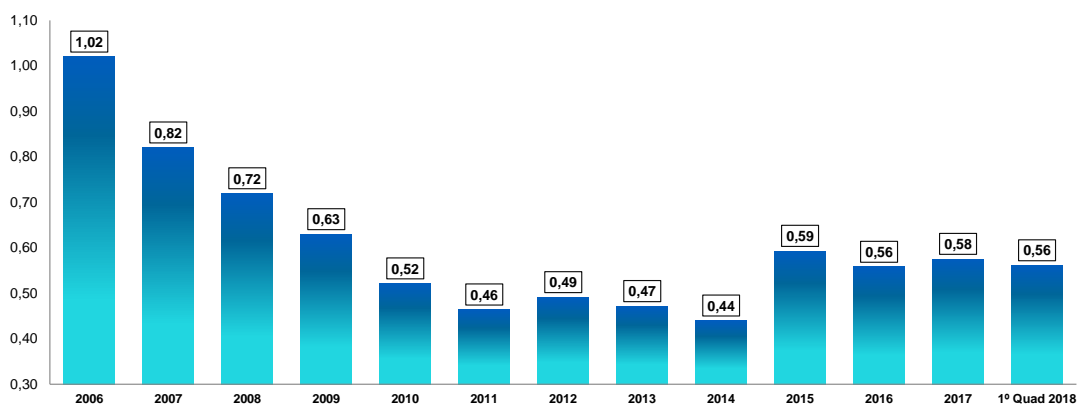
Nota<sup>1</sup>: Refere-se a precatórios vencidos a partir de 04/05/2000 em conformidade com LC 101/00.

Dívida Consolidada Líquida x Receita Corrente Líquida			Em Mil Reais
Descrição	DCL	RCL	DCL/RCL
1º Q 2018	16.991.424	30.283.940	0,56
<b>Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x Receita Corrente Líquida</b>			

Fonte :FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 2, LRF, art. 55, inciso I, alinea b).

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL e a Receita Corrente Líquida correspondeu a 0,56, relação bem inferior ao limite máximo fixado de 2 (duas) vezes a Receita Corrente Líquida, estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Relação DCL sobre RCL



## 12. CONCLUSÃO

No período o Estado registrou superávit Primário no valor de R\$ 663,70 milhões, dentro da meta da LDO com um Déficit previsto de até R\$936,36 milhões para 2018. A Receita Total realizada no valor de R\$ 14,22 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 13,64 bilhões resultaram em superávit Orçamentário de R\$ 576,56 milhões. O Resultado Nominal demonstrou uma diminuição do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 252,36 milhões.

Os limites referentes à dívida pública, às garantias de valores e operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente, e as despesas com pessoal se situaram abaixo do limite máximo estabelecido pela LRF. Os recursos aplicados em educação e saúde apresentam percentuais que indicam o cumprimento das metas no decorrer do ano de 2018.

Os números apurados apontam para a manutenção do equilíbrio fiscal.

Salvador, 30 de maio de 2018.

*Observação: A Audiência Pública referente ao 1º quadrimestre de 2018, realizou-se no dia de 19 de junho de 2018, decorrente de acordo no Legislativo.*



## GLOSSÁRIO

### Amortização da Dívida

Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

### Conta Retificadora da Receita Orçamentária

Conta contábil instituída pela Portaria nº328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 20% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

### Despesas Correntes

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades, fundos e à continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis, ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

### Despesas de Capital

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, amortização da dívida.

### Despesas Fiscais

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção dos serviços públicos, construções de escolas, estradas e hospitais.

### Despesas Intra-Orçamentárias

São operações entre Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social, a fim de evitar a dupla contagem. São, principalmente, as despesas referentes às Obrigações Patronais (Funprev e Planserv).

### Despesa Total com Pessoal

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de

mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. (Art. 18 da LC nº. 101/00).

#### Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites

Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

#### Dívida Consolidada ou Fundada

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

#### Dívida Consolidada Líquida

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescidos dos Restos a Pagar Processados e do Serviço da Dívida a Pagar.

#### Estado

São abrangidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, citado como Estado, a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

#### Fiplan

O Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia - Fiplan é produto do trabalho conjunto das Secretarias da Fazenda (Sefaz) e do Planejamento (Seplan), cujo objetivo é o aperfeiçoamento dos processos de planejamento, contabilidade, execução orçamentária, financeira e patrimonial da Administração.

#### Fonte de Recursos

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

#### Inversões Financeiras

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas,

quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

#### Investimentos

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

#### Metas Fiscais

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

#### Receitas Correntes

São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

#### Receita Corrente Líquida

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº. 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

#### Receitas de Capital

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

#### Receitas Fiscais

São as receitas resultantes das ações precípuas do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

#### Receitas Não Fiscais

São as receitas não decorrentes das ações precípuas do Governo, a exemplo das operações de crédito e aplicações financeiras.

#### Receita Intra-Orçamentária

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos referidos orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

#### Receita Líquida de Impostos

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

#### Receita Orçamentária

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita realizada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

#### Receita Própria

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

#### Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente. Conforme sua natureza, os restos a pagar podem ser classificados em Processados e Não Processados.

#### Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida. Esse resultado indica em quanto a dívida aumentou ou reduziu no exercício ou num período determinado de tempo.

#### Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superávit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não

foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

Superávit Orçamentário

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita realizada.

Realização: SEFAZ / SAF / COPAF

<http://www.sefaz.ba.gov.br/>